

INFRAESTRUTURA EM INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO SUDESTE¹

Kallyne Kafuri Alves²

RESUMO

Na luta por implementar os Planos de Educação e defender uma educação pública de qualidade social, gratuita, laica e emancipadora em diálogo com as discussões acerca dos Planos de Educação, do Sistema Nacional de Educação e da Participação popular, articulado com o eixo IV que aborda acesso, permanência e gestão, o texto aborda o tema da infraestrutura de instituições conveniadas de educação infantil (ICEIs) no contexto de sete municípios de um estado brasileiro da região sudeste. Utiliza referencial teórico-metodológico bakhtiniano na abordagem das diferentes realidades presentes nas ICEIs. Busca refletir sobre a infraestrutura das ICEIs, como forma de zelo pela permanência em especial o direito ao acesso à educação de qualidade. Para tanto, utiliza como dados entrevistas a gestores das secretarias e das ICEI dos sete municípios pesquisados. Com os dados produzidos observa a necessidade de atenção ao acesso e à permanência ofertada pela via das ICEIs. Conclui observando a necessidade de se aproximar da realidade das ICEIs, acreditando que não basta viabilizar a oferta de vagas pela via do convênio, mas também zelar pela qualidade das instituições e condições de trabalho dos profissionais e das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Acesso e permanência. Instituições Conveniadas.

Introdução

Na afirmação do direito à Educação Infantil (EI) como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996; 2009), apresentamos o tema da infraestrutura em Instituições Conveniadas de Educação Infantil (ICEIs)³, entendendo que zelar pelo acesso, qualidade e permanência das instituições também é pauta da luta em defesa pela educação pública. Assim, a partir de pesquisa em andamento, que objetiva analisar as dinâmicas de formação continuada desenvolvidas no contexto das ICEIs de um estado da região sudeste brasileira, recortamos o tópico relativo aos dados sobre a caracterização das ICEIs. Em interface com o eixo que aborda o acesso, a permanência e a gestão, focalizamos a aproximação à realidade da infraestrutura das ICEIs, considerando as discussões sobre democratização e estratégias de atendimento às vagas na EI pela via do convênio e o avanço privatista no cenário da educação (SALVADOR et. al, 2017).

¹ Trabalho derivado de Projeto de Pesquisa do curso de Doutorado em Educação

² Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Integrante do Grupo de Pesquisa “Formação e Atuação de Educadores” (GRUFAE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Universidade Federal do Espírito Santo

³ São nomeadas ICEIs, àquelas que possuem conveniamento com o setor público de educação, podendo estas serem confessionais, comunitárias ou filantrópicas. Ou seja, é uma instituição particular que estabelece convênio com a prefeitura e passa a integrar a rede pública (BRASIL, 1996, Art. 20).



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Nesta proposta, constituímos o texto em dois tópicos, decorridos após esta introdução, realizando o desenvolvimento e em seguida, as considerações sobre o tema, partindo da premissa bakhtiniano de interação com o outro para a compreensão do contexto vivido (BAKHTIN, 2010; 2011). Contexto este repleto de ruídos que circulam em meio o tema da democratização do acesso à educação, tencionando o jogo social do acesso e permanência na EI. Com esta aposta, passamos ao próximo tópico, apresentando o tema de análise.

Infraestrutura das Instituições Conveniadas de Educação Infantil: democratização não se resume ao acesso

Considerando o acúmulo de orientações a respeito da infraestrutura nas instituições de EI (BRASIL, 1996; 2009a; 2009b), bem como o cuidado com o conceito no campo da EI (MOSS, 2002), observamos a necessidade de atenção à realidade das ICEI, tendo em vista as metas e estratégias de universalização desta etapa (BRASIL, 2014) e a atenção dedicada às condições associadas a este acesso. Nesse sentido, ao reafirmamos o direito à educação das crianças pequenas, apresentamos dados da realidade das ICEIs, que informam sobre a precariedade do investimento do setor público nos espaços analisados:

S4: Não, nossa verba é tal como a lei. Não dá para a gente ter a metade, da metade, da metade do que a gente tem. Se a gente dependesse só de verba. Então a verba é só um detalhezinho para manter o que a gente já tem. [...] Então é questão de correr atrás, se eu quero uma coisa melhor, um ensino melhor, estrutura melhor a gente corre atrás e a gente vê assim, sempre recebendo muitos elogios. Pessoas que vem de fora, de Vitória, de outros países que a gente já recebeu, pessoal da África que vieram estudar. Ficaram encantados. Eles se encantam aqui. Com a estrutura, com o que a gente faz aqui. Ficaram encantados com o ensino que a gente faz.

Nesse processo, observamos os esforços empreendidos inclusive pelas associações que mantêm as ICEIs:

S1: Acho que começou com designação temporária e hoje são concursados. Aí fica nessa parceria. A questão da alimentação. De funcionários. Não pagamos aluguel, mas energia e água é via prefeitura. E a associação ela mantém o prédio. Ela vai atrás, ela corre atrás de doações para restaurar alguma coisa que precisa na estrutura, material da creche. [...] Brinquedos também a gente... A prefeitura às vezes contribui. Mas normalmente somos nós que fazemos coisas! Às vezes eram feito leilões de gados, rifas. Essas coisas assim. Hoje não tem mais tanta doação, não, pois hoje essas coisas estão mais saturadas. Não é aquela atuação fixa mais de doação e sim esporádica. Às vezes tem juiz que dá pena de prestação pecuniária e assim vamos mantendo o prédio.



Secretaria Executiva do FNPE

Considerando os constantes avanços dos interesses privatistas na educação (BONAMINO, 2003; SCAFF, 2017), acreditamos ser necessária a atenção às realidades de ICEIs para com a relação com a verba pública investida. Percebemos que neste processo, além das crianças atingidas, vivenciam os profissionais da educação, que sobrevivem aos desafios no contexto de trabalho. Com os dados, observamos os esforços empreendidos pela gestão, que advogam por melhores condições de atendimento:

S2: Temos cardápio, mas não segue, a merenda que vem da prefeitura é de boa qualidade, mas falta! [...] Falta tudo, arroz, feijão. [...] O arroz, o açúcar que vem pouco. A gente tem que bater nessa tecla que vem pouco arroz, pouco açúcar [bate na mesa]. Um dia falei lá na secretaria de educação. 'Vocês funcionários precisam ir lá na creche'. O funcionamento é igual de uma casa! Tem que ter um almoço, tem que ter infraestrutura. Você tem que ver aqui quando chove!

Envolvendo diferentes parceiros no trabalho, observamos que o desafio das ações nas ICEIs passa pelo diálogo entre diferentes setores da educação, implicando em um processo relacional que além da comunidade, envolve outros parceiros, demonstrando aspectos sobre o desenvolvimento das ações em ICEIs:

S3: Eles que pagam tudo. Pois o espaço é deles e além do convênio que eles têm com a gente, então além dessa ajuda que nem seria a palavra certa, seria ajuda. Além desse valor que o município passa, eles têm também, eles arrecadam pelos projetos, que é até pelo próprio Conselho da Criança e do Adolescente, já que eles trabalham em tempo integral, eles tem os projetos e também tem outras pessoas que fazer doações. Então tem terceiros que fazer doações que é o que mantém a creche.

Nesse sentido, encaminhando para as considerações finais, marcamos que as condições de atendimento na oferta da EI pelo convênio precisam estar associadas ao acompanhamento e avaliação do trabalho, atenta ainda às especificidades de cada ICEIS. A inserção em campo, demonstra questões pertinentes para o aprofundamento de pesquisas no tema, bem como indicam a necessidade de prezarmos por uma gestão, ainda que indicada pela entidade mantenedora, esteja atenta às premissas da EI na oferta pública. Além disso, por um acompanhamento, via sistema público, que envolva escuta afinada às questões colocadas pelos profissionais que vivem os desafios de uma conveniada.

Considerações finais

Nesse cenário, buscamos disparar indícios da realidade das ICEIs, considerando que a luta pela democratização da educação, passa pela observação da nossa história, lutas e



Secretaria Executiva do FNPE

perspectivas de trabalho. Não são poucas as produções que afirmam a necessidade de atenção à qualidade, bem como a defesa pela educação pública. Desse modo, reafirmamos com esta produção a necessidade de, na elaboração dos planos, visibilizar melhores condições de permanência na oferta da educação, sendo pertinente o diálogo, a articulação, o acompanhamento e a própria avaliação do convênio. Informamos que no processo de entrevista aos gestores (seja os presentes nas secretarias, como nas instituições), observamos que a jornada intensa de trabalho envolve a luta constante por recursos, ocupando o tempo deste profissional nas ações de infraestrutura, dificultando sua participação nas ações pedagógicas. Assim, visibilizando as questões colocadas, esperamos pautar, nas reflexões sobre o planejamento para a próxima década na educação, a atenção para com o processo de convênio na EI.

Observando os esforços empreendidos e, inclusive o reconhecimento da comunidade com o trabalho realizado nas ICEIs, não podemos desconsiderar a necessidade de compreender a política de conveniamento na EI frente às lutas sociais em disputa. Sabemos que tão quanto, ou até em piores condições, existem instituições que não possuem outra via de recursos, além do recurso público, mas também salientamos que, como conveniadas, as instituições mencionadas ficam impossibilitadas de se inscreverem programas do governo federal, os que a deixam à míngua de doações, geando o atalho ao passado assistencialista da EI e dificultando a luta social pela afirmação da EI como primeira etapa da educação básica.

Portanto, concluímos este texto, longe de esgotar as discussões sobre o tema, sendo imprescindível a observação das realidades educacionais pelo poder público, bem como a atenção à oferta e a constante ascensão da demanda por vagas. Assim, ao reconhecer que as metas de universalização não se bastam nas estratégias, precisamos provocar o diálogo sobre nossas realidades municipais, pressionando a indissociabilidade entre acesso, permanência, qualidade e gestão, na afirmação em defesa da educação pública, participando das discussões, socializações e implementações dos Planos de Educação (nacional, estaduais, distrital e municipais).



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado; 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- _____. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* nº 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- _____. CNE/MEC. *Resolução nº 5*, de 17 de dezembro de 2009a. Estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- _____. *Indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859>. Acesso em: 24 set. 2013.
- _____. Lei do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SALVADOR, Evilasio (Coord.); DUARTE, Natalia de Souza; LIMA Samuel Pantoja; COSTA, Luiza Andrea Mangabeira da. *Privatização e mercantilização da educação básica no Brasil*. Brasília, DF: UnB: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2017. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/images/stories/2017/livro_pesquisa_unb_cnte_final_web.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.